PAISAGENS HISTÓRICAS, URBANAS E CULTURAIS DA ILHA DE MOÇAMBIQUE: DESAFIOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

Cláudio Zunguene[1]

RESUMO

Constitui objetivo desta breve reflexão, entender as atuais dinâmicas socioculturais, os seus impactos sobre o patrimônio cultural da Ilha de Moçambique e que, em última instância possibilitem o desenho e a adopção de estratégias que contribuam para uma gestão e preservação sustentável do patrimônio cultural deste importante pedaço do Oceano Índico.

A Ilha de Moçambique é sem dúvida um lugar que representa valores, símbolos e vivências extraordinárias dum povo marcado pela cultura e relações diversas mantidas ao longo de vários períodos da História de Moçambique. Estes elementos e outros associados atualmente ao seu valor patrimonial despertam muito interesse quer pelos povos nativos (macuas) e outras etnias de Moçambique bem como para outros cidadãos estrangeiros.

Atualmente a gestão do patrimônio da Ilha de Moçambique é coordenada pelo Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, abreviadamente designada por (GACIM) que dentro das suas limitações, quer financeiras e escassez de recursos humanos capacitados, vem fazendo o possível para enfrentar os enormes desafios na preservação do patrimônio, sobretudo o edificado.

[1] Mestrando em Preservação do Patrimônio Cultural no IPHAN, Rio de Janeiro. Pesquisador no Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM).

Palavras-chave: Ilha de Moçambique, preservação do patrimônio cultural, desafios, gestão, GACIM

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Ilha de Moçambique, de onde advém o nome do país, figura nas rotas de navegação do Oceano índico já desde o século X e foi a primeira capital de Moçambique, entre 1507 e 1898. Posteriormente a capital foi transferida para Lourenço Marques, hoje Maputo. A Ilha foi um centro comercial para onde convergiam pessoas de diferentes partes do mundo: África, Ásia, Europa e América (Lobato, 1966). Dois motivos obrigaram os portugueses à ocupação militar de portos na costa oriental de África: o ouro de Monomotapa, que os levou a fortificar Sofala, e a navegação da índia, que os fixou em Moçambique (Lobato, 1945: 4). A Ilha de Moçambique situa-se a entrada da Baía de Mossuril, no Oceano Índico. Fazem parte do arquipélago três pequenas ilhas, não habitadas: a Ilha de São Lourenço, onde está localizado o Fortim do mesmo nome, a leste as Ilhas de Goa e Sena.

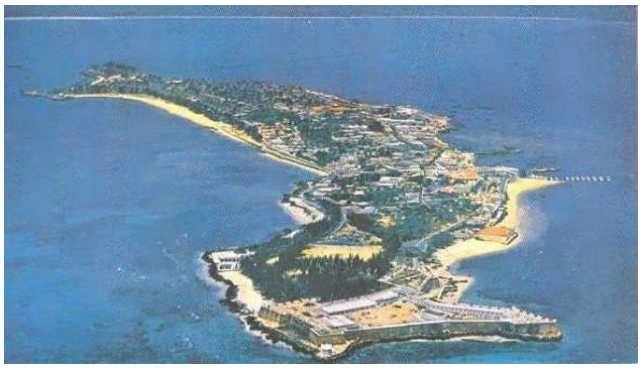


Foto 1: Vista aérea da Ilha de Moçambique, Fonte: (Arkitektskolen, 1985)

Os atributos da paisagem histórica e cultural da Ilha compreendem dois sistemas urbanos: a cidade de Pedra e Cal, de influência Árabe, Suailí e Europeia, e a cidade de Macuti**,** de influência Swahili a arquitetura tradicional Africana (Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, 2010: 33). Estas cidades reflectem não só uma mistura de saberes populares, como também um desenvolvimento urbano dentro de um *continuum* cultural onde o desenho arquitetônico e as técnicas construtivas locais e exógenas foram ajustadas ao contexto social e do meio ambiente local.




Fotos 2 e 3: Cidade de macuti (a esquerda) e cidade de pedra e cal , Fonte: Cláudio Zunguene (2014)

A língua Nahara, a religião islâmica dominante na região, bem como as manifestações culturais representadas nas danças Tufo, Maulide e N´sope, corporizam a expressão da identidade das populações locais na Ilha.

PATRIMONIALIZAÇÃO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE E UM OLHAR SOBRE O TURISMO E A PESCA

Ainda no contexto de dominação colonial na Ilha de Moçambique a Praça de São Sebastião, o Forte de São Lourenço e o Fortim de Santo Antônio foram declarados Patrimônio Nacional no ano de 1943 (Mariz, 2016: 496). Todavia, vale ressaltar que nesse período o maior interesse pela preservação dos monumentos históricos e arquitetônicos tinham nas fortificações o seu foco primordial em detrimento das construções religiosas.

No capítulo da conservação e preservação da Ilha de Moçambique, os primeiros passos foram realizados após a independência de Moçambique em 1975, estando na dianteira o Ministério da Educação e Cultura e no mesmo tempo, o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (Arkitektskolen, 1985: 8).

A Ilha de Moçambique foi Declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1991 pelo seu Valor Universal Excepcional (VUE). Segundo a recomendação do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), em maio de 1991 a Ilha de Moçambique devia ser incluída na Lista do patrimônio Mundial com base nos critérios IV e VI.

Tendo sido atribuído pela UNESCO o título de Patrimônio Mundial em 1991 e num contexto de conflito armando, Moçambique teve imensas dificuldades em assegurar esse

estatuto em parte motivado pelas carências financeiras por um lado, como também pelo crescente abandono das casas por parte das famílias de baixa renda.

A par do turismo na Ilha, existe a pesca, praticada em moldes artesanais e caracterizado basicamente por um autêntico cenário de imediatismo, sobretudo pela produção-consumo do pescado como afirma Lúcia Omar no trecho abaixo:

> "A pesca constitui uma das atividades base de sobrevivência da maior parte das famílias. Esta atividade é principalmente assegurada pelo sector familiar, o que faz com que a sua prática seja feita em moldes tradicionais, isto é, com o predomínio do uso de técnicas artesanais, como a rede de arrasto e o uso de canoas e barcos a vela. Esta atividade é desenvolvida pelos homens, cabendo às mulheres, crianças e velhos, o processo de apanha de mariscos. Os recursos pesqueiros são abundantes, **mas o aumento populacional** associado à limitação dos meios de produção leva a uma sobre-exploração dos recursos nas imediações da Ilha, causando baixa nos níveis de capturas e rendimento" (Omar, 2013: 41 Grifos meus).

O potencial da Ilha como destino turístico já nos anos 60, antes da descolonização do país, tinha sido fomentado (Souza, 2011). Esta persistência pela opção do desenvolvimento turístico da Ilha, para além de contextos políticos contraditórios levanta algumas questões sobre o patrimônio e os seus usos e, aqui em particular o uso turístico, em contextos diversos. A questão mais abrangente é a dimensão política do patrimônio e do turismo cultural (idem). É sabido que o turismo cultural se baseia, em escala mundial, na manutenção de uma heterogeneidade cultural garantida pela museografia (Jeudy, 2005: 24). Ainda na visão de Jeudy, o mundo deve se tornar num grande museu para que a identidade, a etnicidade, a alteridade não sejam mais do que rótulos, e que a invocação destas últimas sirva sobretudo para o comércio turístico mundial. Este fato, quando não bem definido pode favorecer e criar cenários que propiciem uma espetacularização das práticas culturais locais.

INSTRUMENTOS DE GESTÃO NA ILHA VS PROBLEMAS ENFRENTADOS NA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

A classificação de Bens Imóveis do Patrimônio Cultural em Moçambique e na Ilha com particular destaque, tem como finalidade a conservação permanente do imóvel e a sua

proteção contra a destruição ou contra as alterações não autorizadas pelos órgãos competentes (Jopela et al, 2014:7).

Através do decreto n° 27/2006 é aprovado o *Estatuto Específico da Ilha de Moçambique*, sendo um instrumento de gestão aplicado ao patrimônio cultural da Ilha de Moçambique, incluindo o patrimônio edificado, subaquático e ainda patrimônio cultural imaterial ou intangível. Apesar desse instrumento prever no seu artigo 5, a inalterabilidade arquitetônica do patrimônio edificado, assiste-se nos dias de hoje muitos problemas nesse sentido, sobretudo pelas novas funções que os edifícios vão conquistando, sendo que na sua maioria usados para fins de turismo. Aliado a esse fato desejável mas de difícil controle para as autoridades locais, os contornos de pobreza urbana são extremamente acentuados e têm impactos diretos nas ações de preservação do patrimônio, tornando-se urgente pensar em formas de adequar os discursos e as práticas de preservação com as políticas de desenvolvimento, como bem defende (Capão,s/d) no seu artigo intitulado "Sem desenvolvimento não há conservação"**.**

A criação do GACIM em 2006 e apesar de inúmeros esforços empreendidos, ainda constitui um desafio na gestão do patrimônio na Ilha, consolidar e aprimorar a articulação institucional entre os diferentes intervenientes, *Stakeholders* , do estado e setor privado. A coordenação com o Município deve ser na prática uma realidade por forma a que se implemente de fato uma gestão compartilhada do patrimônio pelos dois órgãos do poder público. Através de ações de educação patrimonial e participação da comunidade local na discussão dos assuntos da Ilha , quer através da Comissão Técnica do GACIM assim como pela ação da Assembleia Municipal , canais onde fazem-se sentir as representatividades e que vêm assumindo um certo protagonismo.

> "Para tanto, as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais" (Florêncio et al, 2014: 20).

O estado de conservação do patrimônio arquitetônico, aquando da avaliação do ICOMOS em 2011 não era satisfatório pois, as condições ainda eram piores devido à extrema pressão populacional, o que tornava a integridade da ilha bastante vulnerável (Macamo, 2014:24).

A importância do Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique justifica-se, não apenas, como resposta às exigências do Comité do Património Mundial (que os

Estados Parte da Convenção devem elaborar um Plano de Gestão para cada Sítio do Património Mundial, como primeiro requisito para a salvaguarda do Valor Universal Excepcional (VUE) do Sítio, mas sobretudo pelo valor cultural e natural da Ilha de Moçambique, como um conjunto urbano sujeito a pressões devido aos diferentes projetos de desenvolvimento (Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, 2010: 24).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARKITEKTSKOLEN I AARHUS e SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA-MOÇAMBIQUE. *Ilha de Moçambique- Relatório / Report 1982-85 (´´Livro Azul´´)*, 1985;

CAPÃO, J. Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação, Arquivo Histórico de Moçambique. Maputo, s/d.

FLORÊNCIO, Sónia Rampin et al. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos.* IPHAN: DAF- CEDUC, 2014

JEUDY, Henri- Pierre. *Espelho das Cidades*. Tradução de Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JOPELA, Albino (Coord.) et al. *Manual de Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel em Moçambique.* Ministério da Cultura: Direção Nacional do Patrimônio Cultural. Maputo, 2014

LOBATO, Alexandre. *A Ilha de Moçambique: Monografia.* Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1945

LOBATO, Alexandre. Ilha de Moçambique: *Panorama Estético.* Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1966

MARIZ, Vera Félix. *A ´´ Memória do Império´´ ou ´´ O Império da Memória´´ a salvaguarda do Patrimônio arquitetônico português (1930-1974*). Tese de doutorado em História- Especialidade em Arte, Patrimônio e Restauro. Universidade de Lisboa, 2016

MACAMO, Solange (coord.). Ilha de Moçambique, Patrimônio Mundial. Ministério da Cultura: Direção Nacional do Patrimônio Cultural, Maputo, 2014

MINISTÉRIO DA CULTURA - MOÇAMBIQUE. Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, Maputo, 2010.

RODRIGUES, Eugénia at all. *Ilha de Moçambique*, Maputo: Alcance editores, s/d;

OMAR, Lúcia Laurentina. *Os desafios para conservação ambiental e patrimônio cultural na Ilha de Moçambique.* Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em ciência ambiental: PROCAM, São Paulo, 2013.

SOUZA, Carla Almeida. Ilha de Moçambique: Negociando o patrimônio colonial em redor do turismo cultural. In: *XI Congresso Luso Afro brasileiro de Ciências Sociais, Diversidades e (Des) Igualdades*. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2011.